

Esporte, olimpismo e juventude: em busca do protagonismo social

Marta Corrêa Gomes*

O conceito de protagonismo da juventude tem sido amplamente utilizado nos discursos institucionais, que refletem, e muitas vezes desencadeiam, estudos sobre impactos das políticas públicas para a inclusão social dos jovens. Obviamente, assim também se dá no âmbito esportivo. O fato é que a idéia de protagonizar não significa reduzir ações à ampliação de ofertas de projetos de participação e de massificação no atendimento a essa população, discurso frequentemente apoiado no artigo 217 da Constituição Brasileira de 1988, em que o esporte se evidencia como bem cultural que deve ser acessível a todos como direito de cidadania.

Projetos sociais esportivos, embora se justifiquem sob o argumento de combate aos efeitos da pobreza e à exclusão no acesso aos bens públicos, culturais e científicos, ainda não se têm espelhado de forma significativa no aumento de verbas para investimentos na educação e na educação esportiva de qualidade. Basta fazer uma rápida análise do quadro da educação no Brasil: embora o número de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos matriculados nas escolas esteja beirando os 100%, verificam-se ainda cerca de 14,2 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, segundo os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE com dados de 2008 (IBGE, 2009). Embora 95% desse número de analfabetos tenham 25 anos ou mais,



Cerimônia de abertura dos Jogos da Cidade, em Guarulhos (SP)

o relatório apresenta um índice de 21% de analfabetos funcionais concentrados em pessoas com mais de 15 anos, que, embora saibam ler, não conseguem usar a leitura, a escrita e o cálculo de forma satisfatória para seu pleno desenvolvimento. Assim, também podemos considerar questionável o que se tem chamado de democratização do esporte nas políticas de esporte e lazer: por um lado persiste o analfabetismo esportivo (1); por outro, mesmo que fosse fato comprovado o investimento maciço no esporte de alto nível, seria forçoso constatar que este também não demonstra resultados coerentes ou satisfatórios se comparados ao PIB brasileiro, ou se comparados ambos os números à situação de outros países (MARINHO, CARDOSO e ALMEIDA, 2009).

Os números do acesso à educação e ao esporte no Brasil não param de crescer (2), mas a dialética quantidade-qualidade precisa urgentemen-

te ser revista no que tange à qualidade e aos conceitos de massificação e democratização, com vistas a uma síntese não hipócrita de construção de cidadania emancipada através de projetos multissetoriais de educação, nos quais se inclui, também, o esporte. Como demonstra Demo (2002), projetos somente assistencialistas mantêm a população dependente desses benefícios minúsculos: "O desespero dos marginalizados pode efetivamente ser comprado a troco de migalhas, tamanha é a miséria material e sobretudo política" (p. 267).

Nesse contexto, instituições governamentais, não-governamentais e privadas estão correndo para "sair na frente" na oferta de projetos esportivos e de formação profissional direta e indireta para "atender" à demanda dos Jogos Olímpicos de 2016 e também dos Jogos Olímpicos da Juventude, que ocorrerão em 2010 na cidade de Cingapura (Cf. TURINI et al, 2008). Não se trata de negar

“Assim como é imbecilizante querer combater pobreza apenas com assistência, não é menos imbecilizante descartar a assistência devida por direito de cidadania”

a importância do oferecimento de serviços, contemplando necessidades básicas e vitais das pessoas. Esse oferecimento é já, por si, uma instância de perspectiva de cidadania – a do direito, especialmente quando verificamos tamanha desigualdade social no Brasil. Mas nos cabe, ao mesmo tempo, o papel de refletir e agir em prol do investimento em programas de educação que possam pensar o esporte em sua relação com a juventude do ponto de vista pedagógico, visando a uma formação de competência popular efetivamente emancipada. Ainda com Demo (2002), “assim como é imbecilizante querer combater pobreza apenas com assistência, não é menos imbecilizante descartar a assistência devida por direito de cidadania” (p. 269).

Convém, assim, observarmos alguns aspectos na relação entre esporte, olimpismo e juventude, firmando um nexos com o movimento voltado para a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil. Trata-se aqui de, com base nisso, abrir caminho para uma reflexão sobre a perspectiva de protagonismo social atribuída aos jovens nos programas esportivos, especialmente aqueles voltados aos esportes olímpicos ou à formação de atletas.

Esporte, olimpismo e Educação Olímpica

A Educação Olímpica está associada à educação através do esporte. Pauta-se pelos princípios do **olimpismo**, filosofia de vida proposta por Pierre de Coubertin no final do século XIX e início do século XX. Apesar de bastante genérica, essa filosofia evidencia um teor humanista e internacionalista, bem como a preocupação com a formação integral e harmoniosa das pessoas (3). O

olimpismo busca misturar o esporte com a cultura e a educação, dando ensejo a uma forma de vida baseada na alegria do esforço, no ensino de valores relacionados ao bom exemplo e no respeito pelos princípios éticos universais (4). Coubertin acreditava que a pedagogia olímpica não deveria estar associada somente às competições ou aos esportes olímpicos. Pensava, ao contrário disso, que tal princípio de vida deveria pressupor a prática do esporte e a *euritmia*, entendida como equilíbrio, beleza e harmonia (WACKER, 2009). Conforme também demonstra Wacker, a prática esportiva em si mesma, sem uma filosofia pedagógica, não teria sentido para Coubertin, já que treinar os músculos não seria suficiente para formar uma pessoa.

Por isso ele fazia severas críticas à ginástica desenvolvida nas escolas francesas. Miragaya (2009) observa que Coubertin criticou incansavelmente os líderes esportivos mundiais que evidenciavam ausência de espírito olímpico, de vez que punham em segundo plano os aspectos pedagógicos do esporte em favor das disputas e interesses das competições.

Vários pesquisadores da área de Estudos Olímpicos vêm discutindo e buscando uma melhor compreensão acerca da relação – bastante nevrálgica – entre valores humanos “proclamados” universais e valores particulares vivenciados pelas culturas e pelos indivíduos em suas relações intersubjetivas e grupais (ABREU, 1999; TAVARES, O. & DACOSTA, L, 1999).



Crianças beneficiárias do Programa Segundo Tempo, do Governo Federal

Pode parecer contraditório pensar o olimpismo como filosofia capaz de discutir contradições sociais, desigualdades, injustiças, preconceitos etc, em particular se consideramos sua associação histórica com a gênese do desenvolvimento do esporte, marcada pela criação de códigos de conduta para a formação aristocrática dos novos cidadãos da elite inglesa.

Pode parecer contraditório pensar o olimpismo como filosofia capaz de discutir contradições sociais, desigualdades, injustiças, preconceitos etc, em particular se consideramos sua associação histórica com a gênese do desenvolvimento do esporte, marcada pela criação de códigos de conduta para a formação aristocrática dos novos cidadãos da elite inglesa. Com efeito, através de conceitos como os de *fair play* e amadorismo o esporte desenvolveu-se em seus primórdios ditando nitidamente normas e condutas de classe. Como afirma Bourdieu (1983), as “escolas totais”, assim como outras instituições, forjavam aos poucos marcas implícitas e explícitas de disciplinarização corporal e moral dos jovens na formatação de uma nova ordem social capitalista. Como argumenta Elias (1992), no esporte se inscrevem as marcas do autocontrole das emoções. Isso ocorre a partir de um complexo processo civilizador que tem lugar na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, onde a violência física passava a ser substituída pela violência simbólica como uma nova forma de configuração dos conflitos sociais. Com a excitação e a tensão imitando dramas da vida real, revelava-se a possibilidade de teatralizar os conflitos, minimizando as possíveis implicações nocivas da violência e substituindo-as por efeitos catárticos de sensação agradável e curativa.

Bracht (2002) observa que o esporte parece antecipar princípios, normas de conduta e valores do capitalismo e das modernas sociedades de mercado, ao mesmo tempo em que vem refletindo a fragmentação e a pulverização identitária típicas das sociedades ditas pós-modernas. O fato é que, ao longo destes mais de cem anos, o movimento em torno do esporte foi o de sua mercantilização e o de sua ideologização (com a disputa em torno das nações capitalistas e ditas socialistas, na então Guerra Fria), mas também o de sua autono-

O esporte, como outras práticas corporais, torna-se multifacetado nas “mãos” das diferentes culturas e classes sociais, na medida em que sua forma de apropriação guarda naturezas sincrônicas e diacrônicas no âmbito das sociedades e respectivas culturas.



mia. Ou seja: o esporte, como outras práticas corporais, torna-se multifacetado nas “mãos” das diferentes culturas e classes sociais, na medida em que sua forma de apropriação guarda naturezas sincrônicas e diacrônicas no âmbito das sociedades e respectivas culturas. Com isso, o movimento esportivo vai se reinventando e ganhando diferentes significados e sentidos, dependendo da forma como é protagonizado (5). Da mesma forma que o esporte, o olimpismo, como filosofia de vida a ele associada, também é hoje palco de inúmeras reinterpretções, baseadas nas diferentes possibilidades de se pensar e fazer a prática esportiva pautada em valores éticos e emancipadores.

Educação Olímpica para o protagonismo juvenil

Face a escolha do Brasil como sede de megaeventos esportivos, não podemos prescindir da efetivação de projetos voltados para a Educação Olímpica que acessem o conjunto de conhecimentos até agora desenvolvidos. Todt (2009), ao pensar a Educação Olímpica também como inclusão social, reflete: um país olímpico sem Educação Olímpica? O autor faz alusão à oferta de projetos sociais esportivos incapazes de atender à lógica da inclusão de fato, que se estabelece pela educação, principalmente no que se refere ao atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade social. Souza et al. (2008) demonstram o mito da mobilidade social através do futebol quando apresentam a difícil reconversão da maioria dos jovens pobres que abdicam dos estudos para tentar a carreira futebolística na Europa, como projeto familiar de ascensão social. Quando fracassam, esses jovens não conseguem reinserir-se dignamente no mercado de trabalho.

São exemplos que nos mostram o quanto o protagonismo da juventude associado ao esporte necessita estar vinculado à educação, à vivência esportiva e à participação em discussões contundentes acerca dos valores “do” e “no” esporte. Qualidade de vida associada ao esporte implica também em redistribuição de renda. Assim, o papel da Educação Olímpica precisa ser repensado em uma direção não doutrinária, mas dinâmica, entendendo a própria razão axiológica do esporte, considerando a via de mão dupla entre valores na relação indivíduo-sociedade.

A Educação Olímpica opera com os seguintes pressupostos centrais:

1) Ela não é simplesmente a educação através do esporte. Ao contrário, traz à tona princípios centrais do olimpismo (TAVARES, 2009), tais

como: **respeito** (a si próprio, ao seu corpo, às outras pessoas, ao esporte, às suas regras e regulamentos e ao meio ambiente); **amizade** (esporte como instrumento para o entendimento mútuo entre as pessoas); **excelência, superação** (fazer sempre o melhor possível, em todos os aspectos da vida, valorizando a participação mais do que a vitória, em padrões de respeito à integridade física). Os temas de um modo geral abordados pela Educação Olímpica são: **desenvolvimento integral e harmônico do homem** (a não fragmentação, a não mecanização do movimento, considerado como produto e produção estética); **o multiculturalismo**, as diferenças; **a ética** e os princípios do *fair play*; **os Jogos Olímpicos** (organização, estrutura, lógica interna/externa etc).

2) O esporte é o foco de um processo pedagógico. Mas a Educação Olímpica não pode ser vista como sinônimo de Educação Física, e vice-versa. Cabe à Educação Física escolar socializar os jovens de forma co-participativa através de uma ampla variedade de conhecimentos/habilidades da cultura corporal de movimento (esportes, danças, ginásticas, jogos, lutas etc.), e não exclusivamente através do esporte, de modo a desenvolver a autonomia a

Temos alertado acerca dos materiais didáticos de caráter universalista que são desenvolvidos para jovens, indicados por instituições internacionais para serem usados em diferentes culturas.

partir de princípios como diversidade e inclusão. Na unidade “esporte”, sugere-se incluir a Educação Olímpica e os temas de discussão.

3) A Educação Olímpica não se circunscreve aos projetos escolares formais e nem à Educação Física escolar. Ela pode e deve ser incluída como conteúdo multidisciplinar no projeto político-pedagógico da escola e em projetos sociais, envolvendo todas as outras disciplinas e atividades com o debate entre os jovens acerca do esporte e em particular dos Jogos Olímpicos. A história do esporte e suas relações com a sociedade capitalista de mercado; os Jogos Olímpicos gregos e os modernos quanto aos valores de virtude, heroísmo, estética e violência; as cidades-sede e a geografia política e urbana; a inclusão das minorias sociais; as estatísticas de medalhas, suas relações com nível de desenvolvimento humano dos países – esses e muitos outros assuntos poderiam ser abordados.

Temos alertado, contudo, acerca dos materiais didáticos de caráter universalista que são desenvolvidos para jovens, indicados por instituições internacionais para serem usados em diferentes culturas (GOMES, 2002). Nesta análise demonstramos o tratamento dado ao multiculturalismo como componente pedagógico da Educação Olímpica, através das categorias “conceito de cultura”, “etnocentrismo”, e “raça e cultura”. Observamos que, de um modo geral, as atividades propostas para o conhecimento de outras culturas transmitem uma ideia evolucionista. Tal visão leva facilmente ao etnocentrismo. Propomos, ao contrário disso, pensar o conceito de cultura sob o ponto de vista de Geertz (1989), no sentido de “teia de significados” atribuídos às práticas e realidades sociais. Observamos ainda uma tendência em misturar os conceitos de Raça e Cultura. As misturas conceituais podem levar ao entendimento equivocado do conceito de raça como cultura ou da raça determinando a cultura e os comportamentos. Seria imprescindível na formação de jovens desmistificar a ideia de que a raça determina a cultura, assestando o princípio de que as diferenças culturais são fruto dos múltiplos significados que as pessoas, em sua interação, conferem à sua vida em grupo. Reafirmando Levi-Strauss (1952), existem muito mais culturas do que raças.

Verificamos diversos avanços do governo federal no que respeita à realização de pesquisas sócio-diagnósticas sobre discriminação de gênero, idade e etnia em programas de esporte e lazer. Essas iniciativas objetivam



Embora o esporte seja dotado de princípios constitutivos, como a competição, os valores não são essencialmente do esporte, mas se refletem no esporte e são também gerados a partir dos significados que os indivíduos, grupos sociais e instituições dão à sua prática.



diminuir as barreiras que afastam as pessoas dos projetos, além de prover dados para a elaboração de material pedagógico capaz de trazer à tona certas reflexões em grupos focais de discussão, ampliando o protagonismo juvenil (VOTRE, 2009) e concorrendo para a formação de uma cidadania emancipada através do esporte.

Entendemos que o esporte é uma prática corporal construída, vivenciada e modificada na interação de homens e mulheres na cultura, refletindo seus valores e gerando novos. Sua forma e sua constituição associam-se aos objetivos atribuídos a ele. Nessa perspectiva conclui-se que, embora o esporte seja dotado de princípios constitutivos, como a competição, os valores não são essencialmente **do** esporte, mas se refletem **no** esporte e são também gerados a partir dos significados que os indivíduos, grupos sociais e instituições dão à sua prática (DACOSTA et al, 2007).

Assim, o desenvolvimento de qualquer projeto institucional de Educação Olímpica é uma ação político-pedagógica e reflete intenções sobre o tipo de nação e de cidadania que se deseja alcançar. Logo, pensamos um modelo de Educação Olímpica com finalidades ético-políticas, capaz de compreender o desenvolvimento humano como formação do cidadão do mundo, mas também do cidadão da cidade, com participação ativa na comunidade, no país. Recorrendo a Edgar Morin (2003), a consciência de pertencer à espécie humana e de desenvolver a cidadania planetária deve estar acompanhada da consciência de uma cidadania de autonomies individuais. ❶

***MARTA CORRÊA GOMES** é Mestre em Educação Física e Cultura pela Universidade Gama Filho (UGF), com formação em Ciências Sociais (UFRJ) e Educação Física (UGF). Professora do Departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho e coordenadora pedagógica do Centro de Educação Física e Esportes da FAETEC-CETEP Quintino no Rio de Janeiro. Membro do grupo de pesquisa em Estudos Olímpicos da UGF.

NOTAS

(1) Tanto no saber fazer esportivo quanto no pensar e refletir criticamente sobre esse fazer.

(2) Em 2005, por baixa estimativa, computamos quase dois milhões de crianças e jovens em projetos esportivos governamentais e não governamentais (GOMES e TURINI, 2005) nas principais cidades do país. Em 2007 só o Projeto Segundo Tempo do Governo Federal apresentou números acima de dois milhões de jovens (ME

– Projeto Segundo Tempo. Disponível em www.seguro.esporte.gov.br/segundotempo/visualizacaoBrasil.asp.

(3) Coubertin viveu o cenário de conflito entre as nações que culminou na 1ª Guerra Mundial (1914). Ao instituir os Jogos Olímpicos modernos em 1896, procurou reviver os Jogos da Antiguidade Clássica com a perspectiva de busca da paz entre os povos, entendendo o esporte romanticamente como celebração da compreensão mútua e

da paz universal.

(4) Princípio 1 da Carta Olímpica.

(5) Podemos fazer, inclusive, um paralelo entre o esporte, o movimento hip-hop brasileiro e o próprio forró, este último percorrendo um movimento contrário, isto é, da cultura popular à cultura de elite, “formatado” pelos “modos” de dançar de universitários e pelas figuras da dança de salão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Neise G. *Multicultural responses to olympism – An ethnographic research in Ancient Olympia, Greece* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: mimeografado, 1999.
- BRACHT, Valter. “Esporte, história e cultura”. In: PRONI, M; LUCENA, R. *Esporte: história e sociedade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. pp. 191-205.
- DACOSTA et al. *Manual valores do esporte SESI*. Brasília: SESI/DN, 2007.
- DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo freire, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser desportivo?”. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero LTDA, 1983. pp. 137-153.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y ocio en el proceso de la civilizacion*. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOMES, Marta C.; TURINI, Marcio. “Projetos esportivos de inclusão social (PIS) – crianças e jovens”. In: DACOSTA, L. (org). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005. pp. 602-612.
- GOMES, M. “Olympic Education: sameness versus otherness in multicultural approaches”. In: DACOSTA, L. *Olympic Studies – Current Intellectual Crossroads*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002. pp. 255-273.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2009.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Lisboa: Editorial Presença, 1952.
- INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic Charter*. Lausanne: IOC, 1994.
- MARINHO, A.; CARDOSO, S.; ALMEIDA, V. *Avaliação da eficiência técnica dos países nos Jogos Olímpicos de Pequim – 2008*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- MIRAGAYA, Ana. “Educação Olímpica: O legado de Coubertin”. In: REPPOLD FILHO, A.; PINTO, L.; RODRIGUES, R. P.; ENGELMAN, S. *Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- MORIN, Edgard. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8ªed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.
- SOUZA, C. A. M. et al. “Difícil reconversão: futebol, projeto e destino em meninos brasileiros”. PA: *Horizontes Antropológicos*. Ano 14, n.30, pp. 85-111, jul/dez. 2008.
- TAVARES, O.; DACOSTA, L. (orgs). *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.
- TAVARES, O. “Educação Olímpica para o Rio de Janeiro 2016”. In: REPPOLD FILHO, A.; PINTO, L.; RODRIGUES, R. P.; ENGELMAN, S. *Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- TODT, Nelson S. “Um país olímpico sem educação olímpica?”. In: Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social 1ª Edição: Coletânea de premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. pp. 370-382.
- TURINI, Marcio et al. “Jogos Olímpicos da Juventude”. In: DACOSTA et al (Ed). Brasília: Ministério do Esporte, 2008. pp. 377-381.
- VOTRE, Sebastião et al. *Discriminação de Gênero, idade e etnia em programas de esporte e lazer: subsídios para elaboração de políticas públicas inclusivas*. Rio de Janeiro: UGF, 2009. (Disponível em: <<http://74.125.93.132/search?q=cache:JoQQPMvco9gJ:professorvotre.pro.br/artigos/dpel.doc+discriminacao+de+genero,+idade+e+etnia+votre&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&client=safar>>. Acesso em 07 nov. 2009.
- WACKER, Márcia de F. N. “Educação Olímpica, olimpismo e eutritmia”. In: REPPOLD FILHO, A.; PINTO, L.; RODRIGUES, R. P.; ENGELMAN, S. *Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. pp. 29-40.